> Por um mundo comum

> In defense of a common world

por Jean Wyllys

É escritor, jornalista, doutorando em Ciências Políticas pela Universidade de Barcelona (UB), professor-visitante no ALARI do Hutchins Center da Universidade de Harvard e pesquisador da OSIFE. Foi deputado federal pelo PSOL por dois mandatos, entre 2010 e 2018. (Por motivos de segurança, o autor não pode fornecer seu e-mail ou ORCID).

> Ensaio recebido em 09.04.2021 e aceito em 10.05.2021.

Jean Wyllys, *Big Brother Aplicado*, 2020

O desejo pelo reconhecimento é o que nos faz humanos. Isso é mais ou menos o que diz o filósofo Platão, no *Fedro*. Mas ele também sugere que essa característica específica – e fundamental do ser humano – está acompanhada de outra, com dupla expressão: a capacidade de enganar e o desejo de ser enganado. Estas são duas expressões de uma mesma característica que miram a si mesmas, como Narciso e seu reflexo na água.

A mutação mais recente da economia capitalista – o neoliberalismo – associada às novas tecnologias da comunicação e da informação (a internet, seus *hardwares* e *softwares*: rede de cabos de fibra ótica, satélites, chips, laptops, smartphones, tablets com microfones ultrassensíveis e câmeras de alta resolução, sites, plataformas digitais e aplicativos) nunca interpelaram tanto essas duas características humanas, principalmente a segunda delas, quanto no contexto histórico em que vivemos; sobretudo depois da pandemia de covid-19.

Se é certo que esses dois fundamentos da humanidade são os responsáveis pelas artes e pelas grandes obras literárias produzidas em todas as culturas, não é errado afirmar que ambos também engendram religiões e seitas religiosas que sustentam seus exploradores – e ainda são, principalmente, os responsáveis pela histórica relação turbulenta entre a verdade e a política. A capacidade de mentir e a vontade de acreditar em mentiras têm sido, em conjunto e ao longo da história, as ameaças mais graves ao mundo comum (aqui referido como o espaço e o tempo compartilhados pela diversidade humana e cultural, demais espécies vivas e recursos naturais). Quem fala a verdade não vigora em parlamentos e com raras exceções chega a governos. Quem fala a verdade na política está desde sempre ameaçado de ser difamado, preso injustamente, assassinado ou exilado.

Em minha pesquisa de doutorado sobre *fake news*, teorias da conspiração e outras formas de desinformação na política, venho tentando fazer simultaneamente – como sugere o filósofo e historiador francês Michel Foucault (1926-1984) – uma genealogia desse *poder* e uma arqueologia desse *saber*, de modo a entender por que eles retornaram com tal força na atualidade e qual pode ser a extensão de seus danos morais e materiais em indivíduos, coletivos e democracias.

A arte da mentira na política, obra de mais de 307 anos atribuída por muito tempo a Jonathan Swift (1667-1745) – o autor de *As viagens de Gulliver* –, mas, na verdade, de autoria de John Arbuthnot (1667-1735), já antecipava e explicitava a problemática relação entre política e verdade, fruto da capacidade humana de mentir e demandar por enganação. Isso há dois séculos atrás, muito antes da popularização da expressão *fake news* mais ou menos no sentido que lhe damos hoje, nos EUA. E, ainda, dois séculos e algumas décadas antes que Sigmund Freud, Hannah Arendt e os freudiano-marxistas da Escola de Frankfurt – Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin – analisassem a imbricação mais profunda e danosa já materializada entre a política e a mentira (na forma da propaganda): a do Estado nazista conduzido por Adolf Hitler na Alemanha do final dos anos 1930.

Jean Wyllys, *Pra não dizer que não falei de flores*, 2021

Por causa da capacidade de uns para enganar (e para gostar de enganar!) e da demanda de muitos outros pela enganação e pela mentira, emergiram com sucesso, naqueles tempos e agora, impostores sedutores e carismáticos travestidos de *intelectuais*, *pensadores* ou *filósofos* que estiveram e estão por trás da ascensão de tiranos, facínoras e genocidas. Impostores e misóginos (amiúde, antissemitas e homofóbicos), todos eles sabem construir, com citações de verdadeiros filósofos e pensadores tiradas de seus contextos originais, uma colcha de retalhos textuais costurados. Tal colcha agrada os olhos de uma maioria que desconhece o tecido original de cada pedaço emendado nela, tomando-a como algo inteiro e coerente. Assim, esses impostores conseguem manipular a demanda de muitos por serem enganados, ou seja, por verem reforçados os preconceitos, ressentimentos e medos que constituem suas subjetividades e imaginários. Eles conseguem mover o ódio inconsciente contra inimigos imaginários (o que Peter Sloterdijk chama de *subjetivação militar*) e lucrar muito com isto. Algo que líderes religiosos fundamentalistas costumam fazer em seu proselitismo com citações da Bíblia, do Corão e da Torá tiradas de seus contextos, em si mesmos já problemáticos; mas também algo que doutrinadores políticos que se dizem *de esquerda* costumam fazer com a obra de Marx, e alguns ativistas de movimentos de minorias com os textos de Fanon, Butler e Preciado. Sem mencionar, é claro, os *coaches* e a maioria dos jornalistas neoliberais, enganadores incorrigíveis, e ainda os políticos oportunistas de centro-direita – como Ciro Gomes, que paulatinamente abre mão da sensatez no debate público, estimulando um culto mistificador e politicamente violento em torno da própria figura nas mídias sociais, na esperança de obter o mesmo sucesso eleitoral dos fascistas bolsonaristas.

Sobre os impostores filósofos e pensadores por trás da mais recente onda de extrema-direita pelo mundo, acaba de ser publicada, pela editora da Unicamp, a tradução do estudo que o antropólogo Benjamin Teitelbaum – professor na Universidade do Colorado (EUA) – realizou sobre alguns deles, intitulado *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Em relação a outras obras já publicadas no campo das Ciências Humanas e da Filosofia sobre este mesmo tema, o livro de Teitelbaum se destaca por se basear

numa etnografia (na verdade, mais uma rigorosa investigação jornalística) que incluiu horas de entrevistas com o principal desses impostores fanáticos: Steve Bannon, o cérebro por trás das propagandas baseadas em *fake news* e teorias conspiratórias que levou a maioria dos votantes britânicos a optarem pela saída do Reino Unido da União Europeia, e a maioria dos eleitores dos EUA a elegerem Donald Trump em 2016.

Teitelbaum também se dedica nesse livro a revelar os vínculos entre Bannon, o charlatão Olavo de Carvalho e a extrema direita brasileira, hoje dividida entre o *lavajatismo* e o *bolsonarismo*. Ao ler o que o antropólogo revela sobre a trajetória de Olavo de Carvalho – o homem que passou de astrólogo a católico ultraconservador, tendo sido muçulmano no intervalo desta mutação mística – e ao levarmos em conta o fato de esse sociopata ser o mentor *intellectual* de várias autoridades brasileiras (como promotores, juízes, parlamentares, ministros, secretários, empresários e jornalistas), fica evidente o quanto a capacidade de mentir e enganar, assim como a demanda pela máscara, podem se tornar mortíferas. O governo Bolsonaro é o exemplo mais chocante disso depois do nazismo e do stalinismo.

A eleição de Bolsonaro e de políticos de extrema direita em 2018, assim como a vitória nas eleições municipais de 2020 de políticos de direita que, dois anos antes, instrumentalizaram os fascistas dos quais agora tentam se dissociar, não são produtos apenas dos que exerceram sua capacidade de enganar por meio da propaganda baseada em *fake news* e teorias da conspiração. São, também, frutos da demanda de muitos pelas mentiras que lhes confortam e lhes dão (ou reforçam) identidades e identificações. Ninguém é inocente ali, e saber disso é fundamental para se lutar pelo espaço da verdade e pela recomposição do *mundo comum* no sentido que Hannah Arendt confere à expressão.

Jean Wyllys, *MEME*, 2021

A propaganda política e a desinformação programada perpetradas na *modernidade tardia* (ou na pós-modernidade ou na *modernidade líquida*, conforme sugere Bauman) por empresas, governos e mesmo indivíduos, pulverizada em macro e micro escalas, são mais eficazes em seu endereçamento porque o remetente conta com informações em maior quantidade e precisão em relação aos seus destinatários. São esses mesmos destinatários que, em sua relação com essas novas ferramentas – mais especificamente com as plataformas de mídias sociais –, e se acreditando em pleno exercício da liberdade e da realização individuais, fornecem dócil e compulsoriamente todas as informações digitais sobre si. Das mais óbvias, como um mapa de mobilidade e localização geográfica e uma lista de compras, até as mais íntimas, como os medos e preconceitos mais inconscientes, identificados por meio do acesso e da interação recorrentes em cada *like*, *follow*, *unfollow*, comentário, compartilhamento, denúncia, etc.; tudo isso registrado em conteúdos publicados em sites e perfis de indivíduos e empresas, por meio das associações em grupos de afinidade que tecem as redes (ou teias) das mídias sociais.

A cultura política engendrada por essa *esfera pública* reconfigurada, ou fragmentada em múltiplas esferas (cuja tendência é de não se comunicarem entre si, devido ao algoritmo do programa que opera sua inteligência artificial), permite o mapeamento de quais indivíduos e emoções podem ser atacados e estimulados com a desinformação programada por parte de grupos políticos, religiosos e empresariais – principalmente quando esses grupos põem de lado os escrúpulos ou estão organizados criminosamente. No caso das *fake news* e teorias conspiratórias contra a vereadora Marielle Franco, postas em circulação nas mídias sociais horas após o seu brutal assassinato por sicários, essa desinformação tinha por objetivo: (1) drenar a comoção e a empatia que o assassinato gerou imediatamente no público quando noticiado na mídia de massa e (2) reforçar os preconceitos da maioria em relação a mulheres negras oriundas de favelas e periferias.

Jean Wyllys, *De volta ao começo, ao fundo do fim*, 2021

Desta cultura política engendrada pela internet e pelas mídias sociais digitais, e baseada numa esfera pública fragmentada em uma multiplicidade de esferas manipuláveis pela desinformação e quase sem interação entre si ou sem *mundo comum* – mais uma vez no sentido dado por Arendt –, nasce o *fenômeno do cancelamento*. Fenômeno, este, que é presente entre os integrantes de minorias sexuais, religiosas e étnicas associadas por identificações nas mídias sociais digitais, e que é também fruto espúrio da desinformação e um dos tipos de manipulação que ela permite. O cancelamento é, claro, parente dos linchamentos e dos antigos rituais de expiação pública. É uma expressão do autoritarismo e do sadismo que existem em muitas – eu até diria na maioria das – pessoas. São poucos aqueles com capacidade de resistir a essa forma nova e ao mesmo tempo antiga de violência. Quase todos capitulam quando não sucumbem adoecidos de depressão e ansiedade. É importante dizer que o cancelamento não é o mesmo que uma crítica, leve ou dura, baseada em argumentos e contra-argumentos. Cancelamento é o comportamento de manada, de enxame de abelhas; é uma espiral de insultos e ameaças perpetrados por pessoas que raramente param para pensar, agindo no impulso da emoção reacionária contra outra ou outras, quase sempre porque foram manipuladas por meio dos elementos de identificação que estruturam a esfera ou bolha digital em que vivem e atuam.

O cancelamento é isto: o adoecimento da identificação ou o terrível efeito colateral das necessárias identificações que deveriam garantir a pluralidade cultural e, via de regra, a proteção coletiva dos indivíduos de um grupo estigmatizado pelas majorias e suas normas. Sua violência é, portanto, uma *mimesis* no sentido em que René Girard reelabora este conceito aristotélico, ou seja, uma reprodução, por parte das minorias e dentro de suas próprias esferas, das violências que lhes são perpetradas por seus opressores.¹ Os *canceladores* agem como se tivessem o monopólio da virtude e fossem os juízes da correção política. Põem em risco a presunção de inocência e os direitos humanos de aprender com os erros para não errar de novo, se explicar, opinar e ser ouvido. O cancelamento é a armadilha política em que se meteram as personalidades da

nova cultura pop engendrada pelas *social media*, com seus *digital influencers* e seus seguidores. Nessa armadilha, rapidamente esculpem-se vacas sagradas em barro – não raramente úmido de atitude, mas seco em conhecimento – que depois os próprios escultores não toleram quando os ídolos frágeis, feitos à sua própria imagem e semelhança, não se mantêm de pé com o andar da procissão. Nem o nosso senso de humor tragicômico, acostumado ao desastre e amigo da nossa resiliência, é capaz de dar conta deste cenário.

A capacidade de enganar e o desejo de ser enganado, que nos faz humanos (e que gerou grandes obras de ficção), são também as características que, infeliz e contraditoriamente, têm sido usadas por tiranos, autocratas, sociopatas, impostores, fanáticos e genocidas, ao longo de nossa história e em diferentes partes do planeta, para destruir o mundo comum. Sem a preservação deste, a vida de todos e todas corre risco. Sem um mundo comum a todos, seja em seu sentido ecológico (ou seja, um planeta cujas riquezas naturais sirvam de forma sustentável e renovável ao bem-estar de todos os humanos e demais espécies vivas), seja no sentido do conjunto das verdades compartilhadas pela ampla maioria que definem mais ou menos quais as “mentiras” que nos fazem bem (a ficção artística), sem este mundo não podemos dar seguimento ao que de melhor nos trouxe até aqui.

Jean Wyllys, *Nós*, 2021

Referências consultadas

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999;

ARENDT, Hannah. *O que é política?*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999;

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: UNB; São Paulo: Ed. Ática, 1990;

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994;

ARENDT, Hannah. *Verdad y mentira en la política*. Barcelona: Página Indômita, 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber; História da sexualidade 2: o uso dos prazeres; História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Translated by Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividad y verdad*. Madrid: Akal, 2020.

SLOTERDIJK, Peter. *Las epidemias políticas*. Buenos Aires: Godot, 2020.

PLATÃO. *O Fedro*. <https://www.filosofia.org/cla/pla/img/azf02257.pdf>

TEITELBAUM, Benjamin. *Guerra pela eternidade*. São Paulo: UNICAMP, 2020.

GIRARD, René. *Literatura, mimesis y antropologia*. Madri: Editora Gedisa, 2006.

Referência para citação desta resenha

WYLLYS, Jean. Por um mundo comum. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 330 – 342, maio de 2021.